

Caminhos para a democratização do acesso, permanência e aprendizagem na universidade

Jair Militão da Silva¹

Resumo: O artigo apresenta reflexões sobre como acolher e ensinar estudantes de diferentes camadas sociais nas instituições de ensino superior. O trabalho escolar acontece em organizações que se constituem em torno de estruturas e culturas. Criar e manter instituições de ensino democráticas e acolhedoras é um trabalho humano que precisa levar em conta as condições reais e presentes em tempos e espaços concretos.

Palavras-chave: Política Pública de Educação; Formação de Profissionais da Educação; Escola Democrática.

Abstract: This article presents reflections on how to accommodate and teach students from different social classes in institutions of higher education. School work takes place in organizations that are around structures and cultures. Create and maintain educational institutions is a democratic and welcoming human work that needs to take into account the real and present in specific times and spaces.

Keywords: Public Policy Education, Vocational Education Training; Democratic School.

Um acontecimento que pode ser festejado no Ensino Superior brasileiro é o acesso de novas camadas sociais às escolas que se dedicam a esse nível de ensino. Se bem que, em grande parte, esse ingresso seja feito à custa de imensos sacrifícios pessoais, tendo o educando que garantir o custeio das mensalidades, mesmo quando recebe auxílio institucional ou governamental para pagamento destas, ainda deve prover o necessário para alimentação, transporte, material de estudo. Todavia, a realidade é que uma nova “classe” social chega às escolas superiores.

Por outro lado, a história registra um persistente traço cultural no ensino superior brasileiro que pode ser denominado como elitismo. Esse elitismo se expressa em uma visão aristocrática da realidade, ou seja, na afirmação de que o governo social deva ser exercido pelos *aristós*, ou seja, pelos *bons*. O que distingue os *bons* dos *não bons* varia em cada sociedade e em uma mesma sociedade em cada época histórica. Ora os *bons* podem ser os proprietários de terra, ora os endinheirados, ora os pertencentes a uma mesma dinastia, etc. O poder, como se sabe, é exercido sob a justificativa de que a forma adotada é a melhor para a sociedade.

Em uma cultura que professa valores democráticos, isto é, todos podem ter acesso ao governo da sociedade, os *bons* devem justificar sua melhor adequação ao poder de forma a que a aceitação ocorra em um quadro ao menos aparentemente democrático.

¹ Livre docente pela Universidade de São Paulo - USP. Professor Associado da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo – FEUSP - aposentado. Professor no Programa de Mestrado em Educação da Universidade Cidade de São Paulo – UNICID. Acadêmico da Academia Paulista de Educação – Cadeira nº 38. Integra o Instituto Sagres – Conhecimento e Desenvolvimento. Integra a Rede Internacional de Pesquisadores de Estudos Humanísticos – RIPEH (www.institutossagres.com.br).

Desse modo, uma sociedade que professa valores democráticos instaura concomitantemente à afirmação desses valores a idéia da igualdade de oportunidades: todos partem de um mesmo ponto e chegam a lugares diferentes conforme o mérito.

Isto nem sempre, entretanto, coincide com a verdade... Todos podem, por exemplo, partir da conclusão de um curso superior e, nesse sentido, teriam uma igualdade inicial. Todavia, a instituição cursada, o tempo utilizado nos estudos, o capital cultural pré-existente para cada pessoa influirão decisivamente no ponto de chegada.

Em nossa sociedade brasileira a educação tem sido a justificativa para o tornar-se *bom* e, portanto, apto para o sucesso em todos os campos sociais.

Se bem que essa justificativa contenha muito de verdade ela não expressa toda verdade como já se disse anteriormente quanto ao mascaramento da pretensa igualdade do ponto de partida.

Isto nos leva a refletir se as novas camadas sociais ao entrarem no ensino superior estão adquirindo a condição de igualdade suficiente para disputar com as tradicionais camadas já instaladas no comando da sociedade ou apenas estão vivenciando e mesmo justificando uma situação de desigualdade social.

É com esse pano de fundo que uma reflexão sobre o ensino para as chamadas classes c, d, e pode prosperar.

O que é educação

Um elemento que pode ser incorporado a esta reflexão é aquele que introduz a pergunta: o que educação?

A educação é um trabalho perene, ou seja, é co-natural à existência humana, faz parte do viver humano. Considerada nossa constituição humana é possível perceber sermos seres que nascem incompletos de um ponto de vista biológico naquilo que se refere à sobrevivência individual. Necessitamos da ajuda de seres adultos para continuarmos a existir. Desse modo, a educação pode ser considerada como imprescindível para o desenvolvimento e manutenção da vida humana.

Esta vida humana consolida-se em modos próprios de cada grupo interagir com o ambiente, resultando desta interação as diferentes culturas. Cultura pode ser entendida como a maneira de produzir a vida e seus significados. No relacionamento com a natureza, consigo própria e com os demais seres humanos, cada pessoa aprende a melhor maneira de viver em certo ambiente. Esta maneira pode ser considerada a melhor se resiste, ao longo do tempo, como forma adequada de garantir a vida individual e do grupo em um dado ambiente.

A noção de situação educativa pode contribuir em muito para a compreensão do que seja educar.

Uma situação educativa é uma superação de uma situação a outra mediante um caminho. Superação significa que uma situação nova surge contendo elementos da anterior que foi superada, não havendo ruptura, mas mudança. Desse modo a nova situação contém alguns elementos da anterior, não é mais a anterior, mas não rompeu totalmente com a anterior. Em outras palavras, ocorre uma autêntica situação educativa quando há uma saída de um ponto de partida e uma caminhada até um ponto de chegada com a adesão livre do educando. Portanto, se não houver mudança compreendida e consentida pelo educando, o educador não realizou seu trabalho.

O educador, como acompanhante do educando, precisa saber com clareza aonde chegar, de onde partem – ele e o educando – e que caminho ou caminhos conduzem à chegada.

À luz do conceito de situação educativa é possível adicionar à reflexão que vem sendo feita sobre uma possível didática para as chamadas classes c, d, e, a percepção da possibilidade de uma educação verdadeira e significativa desde que leve em conta os fatores organizadores do campo educacional: ponto de partida, ponto de chegada, caminho.

Os educandos das novas camadas sociais partem de que ponto? Um pouco “mais atrás” em relação àqueles das camadas tradicionais? Então precisam de um suplemento que garanta a equiparação? Essas novas camadas buscam atingir os mesmos pontos de chegada das camadas tradicionais? Os caminhos a percorrer são semelhantes para os dois grupos?

Haverá fatores comuns entre essas camadas sociais consideradas diversas em suas constituições e manifestações? Em que diferem e em que se assemelham?

Certamente muitas diferenças podem ser apontadas, entre as quais as relativas ao capital financeiro, patrimonial e cultural. O repertório valorizado pela sociedade dominante coincide muito mais com o já existente e de domínio das camadas tradicionais.

As características culturais das novas camadas no que se referem à linguagem, hábitos de aquisição e produção cultural precisam ser cotejados com os instalados pela sociedade dominante e equiparados para efeito de aceitação pelo poder organizador da vida social.

Entretanto um elemento pode ser considerado comum a ambos os grupos aqui denominados, de forma simplificada, como novas camadas sociais e camadas tradicionais: a humanidade constitutiva de cada educando e de cada educador.

Uma visão antropológica que sustente a igualdade essencial do Homem pressupõe elementos identificadores do ser humano que permitem considerar como semelhante aquele com o qual convivemos.

Entre esses elementos podem ser destacados o fato do Homem constituir-se como ser de relações; de sempre necessitar de um sentido para suas ações; de buscar a felicidade.

É possível afirmar, com o apoio de estudos antropológicos que as características acima apontadas estão presentes em cada ser humano. O que pode acontecer é que, não raro, essas dimensões estejam como que sufocadas por condições existenciais adversas que conduzem ao que se pode chamar de desumanização. O processo desumanizador manifesta-se principalmente pela ausência de esperança, uma vez que ser homem é viver o momento atual tendo presente uma memória, que garante uma identidade, e um horizonte que permite projetar a vida para um futuro.

O ser humano pode ser considerado, ainda, como dotado de valor intrínseco que não deriva de consideração instrumental ou utilitária. Ele vale por si mesmo. Essa afirmação equivale a dizer que todo Homem tem uma dignidade inalienável e como tal deve ser tratado em todas as situações que ocorram.

Quando os educandos são pensados como pessoas dotadas de capacidade de escolha e de compromisso, devendo ser ajudadas a desenvolver essas potencialidades, o trabalho do educador passa a considerar como indispensável uma participação ativa dos educandos no próprio processo educativo. Nesta perspectiva é possível pensar que não há verdadeira situação educativa se o educando não adere de forma consciente, crítica e livre às propostas do educador.

Reside na afirmação anterior um princípio organizador da ação educativa para os educandos das novas camadas sociais... bem como das camadas tradicionais: criar situações educativas que levem em conta a dignidade essencial de cada ser humano, sua necessidade de sentido, sua constituição relacional e sua busca de felicidade.

Educação e currículo

O instrumento privilegiado do trabalho educativo na organização escolar é o currículo, entendido como o conjunto de experiências que a escola oferece ao educando. Um modo de olhar o currículo é considerá-lo como constituído por temas, juízos de valor sobre estes temas e forma de comunicá-los. Este modo de entender o currículo ultrapassa a compreensão generalizada de que este se encerra apenas na grade curricular, como conjunto de matérias e disciplinas. Percebido como um conjunto de experiências, um currículo considera como importante tanto um conhecimento teórico sobre conservação da saúde quanto uma oferta de um banheiro limpo para os educandos.

O trabalho educativo escolar caracteriza-se pela existência de uma intencionalidade explícita, por ser sistemático e progressivo; por isso, há a necessidade de um projeto pedagógico como tentativa de antecipar o futuro, onde os objetivos organizacionais encontrem-se com os objetivos pessoais e, nessa confluência, possam orientar os esforços coletivos.

Uma prática pedagógica voltada para o atendimento dos educandos em suas necessidades reais supõe a existência de um sujeito educativo com estes objetivos. Com a existência de um sujeito coletivo, com um projeto pedagógico, com consciência clara dos limites e possibilidades da ação curricular, é possível pensar em um trabalho escolar que contemple os interesses dos educandos e estes tenham o lugar que merecem no projeto pedagógico dessa escola.

A identidade de uma pessoa constrói-se pelo seu pertencer concreto a um grupo que lhe comunica uma visão de si e do mundo; é o processo educativo atuando na constituição de seres humanos aptos ou inaptos para a vida democrática. A escola desempenha papel marcante nessa formação.

A pessoa torna-se sujeito, protagonista de sua história, na medida em que, sendo capaz de avaliar a realidade em que vive, compromete-se com a sua construção e mudança.

Aos educadores que buscam a participação dos educandos esperam diversas armadilhas que tornam seu trabalho educativo de difícil execução. Em primeiro lugar têm que lutar contra um ambiente cultural, criador de identidades pessoais e grupais, desfavorável à participação.

O trabalho escolar acontece em organizações que se constituem em torno de estruturas e culturas, sendo predominante em nossas escolas uma cultura burocrática na qual a rígida divisão do poder e do trabalho manda uma mensagem de não participação e de submissão ao *status quo*, inibindo iniciativas pessoais e grupais que não estejam previstas em regulamento.

O sentimento de que *não adianta participar porque isso não muda a realidade* constrange educadores e educandos a não darem o primeiro passo na direção de qualquer mudança da rotina. Por isso, os educadores que buscam desenvolver nos educandos o desejo e a prática da participação precisam vencer esta primeira batalha que é a de recuperar a crença no poder que a ação humana possui de mudança da realidade social.

A busca da criação de uma escola que leve em conta os interesses dos educandos e, por isso, incentive a participação dos mesmos, não encontra na cultura dominante instrumentos disponíveis e acessíveis de imediato. Para o desenvolvimento de uma escola autoritária e excludente será fácil a escolha de um instrumental já disponível e existente em número suficiente. Todavia, criar currículos voltados para a participação, estruturas organizacionais, procedimentos pedagógicos, compatíveis com o propósito da criação de identidades participativas, é um trabalho ainda a ser feito e, não existindo práticas já plenamente consagradas, cada um deve ter a coragem necessária para iniciar o caminho, correndo o risco que daí advier.

Torna-se necessário, também, recordar que constituir sujeitos sociais que mudam a realidade significa formar sujeitos concretos dotados de poder político e esses sujeitos são grupos humanos compostos por pessoas que se reconhecem em uma mesma identidade cultural, com um sentido comum de nós, comprometidos eticamente uns com os outros. (Silva, 2003) Não se trata de formar o “grande homem” que, sozinho, muda a História, mas sim aquele que vive em comunidade, capaz de solidarizar-se com outros e caminhar junto.

O educador que inicia esse processo precisa estar atento para assumir algumas atitudes pessoais, sem as quais encontrará, com certeza, muitas dificuldades. Entre estas atitudes são fundamentais:

- a) Perceber-se primordialmente como educador e, não como o zelador da ordem e do *status quo*, não se sentir questionado pelas propostas de mudança que são apresentadas pelos educandos.
- b) Aceitar o debate, o diálogo, o conflito;

O diálogo dos educadores do Ensino Superior – habituados com as camadas sociais tradicionais – com as novas camadas sociais precisa ser fundado em bases novas que levem em conta a real dignidade das pessoas envolvidas.

A relação entre o acadêmico e o popular necessita ser entendida como autêntica parceria e não assessoria em moldes tradicionais; ou seja, deve instalar-se um diálogo cujo liame seja a realidade comum a todos os envolvidos que a enxergam, por princípio, com igual dignidade.

Há necessidade, nessa parceria, que sejam desenvolvidas novas competências tanto para aquele que vem do “mundo acadêmico” – capacidade de estabelecer parcerias; partir da realidade encontrada; refletir em conjunto; teorização como serviço e não como instrumento apenas para convencimento; autenticidade nos encontros; etc - quanto para o educando que chega ao “mundo acadêmico” - acolher a possibilidade de questionar sua prática; acolher a possibilidade de aprender com aquele que vem de fora de sua realidade; perceber a necessidade da teoria para compreender seu trabalho.

Portanto, novas competências são necessárias para acolher as novas camadas sociais, pois este saber não está disponível, hegemonicamente, na cultura. O que existe, hoje, disponível é um saber sobre como construir escolas aristocráticas e excludentes.

Criar e manter escolas democráticas e acolhedoras é um trabalho humano e, nesse sentido, não pode prescindir das condições concretas nas quais vivemos condicionados nós os humanos, em tempos e espaços concretos que precisam ser levados em conta.

Referências Bibliográficas

SILVA, Jair Militão da. *A escola e sua relação com o processo de inclusão e exclusão*. In ARAÚJO, Vânia Carvalho (org). **Tecendo diálogos, construindo pontes. A educação como artifice de paz**. Vargem Grande Paulista, SP: Editora Cidade Nova, 2001, p.19-28.

_____ *Políticas públicas em educação e formação docente: o problema da (in)disciplina examinado sob a ótica de um “currículo formativo”*. In MENESES, João Gualberto de Carvalho.; BATISTA, Sylvia Helena S. S. (org). **Revisitando a Prática Docente: Interdisciplinaridade, Políticas Públicas e Formação**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003, p. 61-70.

_____ **Como fazer trabalho comunitário**. São Paulo: Paulus, 2003

Recebido para publicação em 07-06-11; aceito em 11-08-11